

por José d'Encarnação

Ciência que interpreta os textos gravados em materiais duros, para os utilizar como relevante fonte histórica, a Epigrafia conheceu, desde o Humanismo, importantes cultores entre nós.

André de Resende (c. 1500-1573) deixou-nos, entre outras obras, a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* (Évora, 1553) e os *Libri quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae* publicados postumamente por Diogo Mendes de Vasconcelos (Évora, 1593). Norteados pelo ideal humanista de ligar à história romana o nosso passado remoto, André de Resende colheu nos clássicos, e comentou, todas as passagens que à Lusitânia se pudessem, de perto ou de longe, referir, corroborando-as, sempre que possível, com dados arqueológicos concretos. Tudo o que era antigualha ou vetusta pedra escrita ciosamente guardou, recuperou e deu a conhecer. Deslumbrado pelas lendárias lutas de Viriato e, sobretudo, de Sertório, ele que era natural de Évora não podia deixar de as aproveitar historicamente, para fazer da cidade o centro das operações bélicas de antanho. Faltavam-lhe os elementos palpáveis? Não bastavam as muitas epígrafes autênticas que recolheu? Não hesitaria em forjar outras! Assim, da sua pena e das mãos de artífices por ele bem treinados viriam a sair textos e monumentos epigráficos, onde, muita vez, só um inocente toque de erudição renascentista deixa transparecer a falsidade:

"A Júpiter Ótimo Máximo. Por terem sido vencidos, por Q. Sertório, Metelo e Pompeu — Júnia Donace trouxe como presente uma coroa e um ceptro em prata e a fálala cinzelada à flamínia e ofereceu uma ceia aos escravos do templo".

Ou esta outra:

"Pela saúde e pela estabilidade da casa de Quinto Sertório, Júnia Donace, sua doméstica, e Quinto Sertório Hermes e Quinto Sertório Cepalo e Quinto Sertório Anteros, seus libertos, à honra dos deuses Lares, em o dia da festa chamada Compitália, fizeram jogos públicos e deram convite a todos os vizinhos".

O texto foi forjado para demonstrar que Sertório tomara assento em Évora, por "ser de nobre e grande povo" "e também por esta cidade ser em meio da Lusitânia"; a fálala fizera "sua casa", "em a qual tinha uma mulher, sua doméstica, e três libertos que com ele estavam".

Valerosos lusitanos que não deram tréguas à Roma sublime. O prestígio humanista da cultura romana era, pois, um pretexto mais para realçar a importância das nossas tradições.

Isso compreendeu, de pronto, Frei Bernardo de Brito (1569-1617), em cujas mãos a epigrafia romana — pelo seu excepcional valor documental — conheceu incremento ainda maior. Frei Bernardo de Brito não só utilizou, sem qualquer espírito crítico (que lhe não interessava tê-lo), os textos transmitidos por André de Resende, como ele próprio outros fabricou, no fito de melhor enaltecer a tradicional rebeldia dos Portugueses, que ora interessava alavantar contra a pesada tirania espanhola:

I(ovi) O(ptimo) M(áximo)
Eboren(sis) Municip(ii) d(ecreto) d(ecurionum)
Virgines sup(p)l(icantes) mise-
runt pro salute
Q(uinti) Sert(orii)
Flaviaeq(ue) flaminicae
provinciae Lusit(aniae)
auream bulam
dederunt
ex voto.

"Quer dizer — explica B. de Brito (*Monarquia Lusitana* I, 1597, f. 290) — que a cidade de Évora, por parecer dos homens do governo, mandara as moças solteiras dar graças ao soberano Júpiter, pela saúde e bom sucesso de Sertório e deram a Flávia, que era flamínia ou sacerdotisa da província de Portugal uma jóia de ouro, que tinham prometido".

E é o próprio Frei Bernardo de Brito quem, habilidosamente, começa por pôr em dúvida a autenticidade do texto que forjara a partir doutros, dizendo: "Outra pedra traz o prontuário de letrados, que tenho a este propósito, a qual referirei sobre sua consciência, inda que a não vi, nem Resende a traz" — para logo acrescentar: "E o que me faz ter este letrado por mui certo é o nome da sacerdotisa, que está em outro, citado por Resende e se vê hoje em dia na própria igreja (...)".

Doutra época é já Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814). Lente em Coimbra, activo colaborador das reformas pombalinas, sócio da Academia Real das Ciências (criada em 1779), Frei Manuel do Cenáculo aproveitou o relativo sossego que o seu afastamento da Corte (após a queda de Pombal) lhe proporcionou, para, como bispo de

(*) Texto da comunicação apresentada à Conferência Internacional "Os Portugueses e o Mundo", realizada no Porto, em Junho de 1985. Apenas lhe introduzimos leves actualizações bibliográficas.

Beja (a partir de 1770) e, de 1802 em diante, como arcebispo de Évora, reunir uma interessante e variada colecção lapidária que se deu ao trabalho de cuidadosamente desenhá-la. Havia aí de tudo e de várias épocas: esculturas romanas e medievais, vasos cerâmicos e de metal, fragmentos arquitectónicos, textos em escrita ibérica, inscrições romanas, epitáfios cristãos, letrados árabes... À Biblioteca Pública de Évora, que fundou, viria a doar esses preciosos álbuns, onde ainda hoje se podem consultar. Comparando os monumentos existentes com os desenhos do arcebispo, salta facilmente à vista a sua absoluta fidelidade ao modelo, o que é para nós da maior garantia em relação aos monumentos actualmente perdidos. Sabia, decerto, Frei Manuel do Cenáculo, a importância da sua recolha, do seu trabalho; talvez tivesse em mente vir a publicar depois as leituras das epígrafes, a interpretação dos monumentos desenhados. Não chegou, porém, a fazê-lo. E figurará, portanto, na história da Epigrafia em Portugal como o grande coleccionador atento e diligente.

Outrotanto fazem seus confrades académicos, que se apressam a apresentar às sessões da Academia dezenas de antiguidades, entre as quais muitas inscrições romanas. O Duque de Lafões é um deles; outro, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo que, no seu *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...* (Lisboa, 1798), não se esquece de anotar, em cada artigo, as inscrições que lhe dizem respeito: por exemplo, no artigo "Numan", o monumento aos deuses e deusas de Cornúmbria aí encontrado. E, hoje, as *Memórias de Litteratura Portuguesa* (1792-1821), a *Historia e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (1843-1856) e as *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* (nova série, a partir de 1854) são, ainda, de consulta obrigatória para a especificação duma proveniência, para uma confirmação de leitura do monumento perdido.

Mas também a Academia Real de História, criada em 1720, desempenhou relevante papel neste domínio. Recordemos, nomeadamente, que foi por sua iniciativa que se publicaram, entre 1732 e 1747, os quatro volumes das *Memórias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*, da autoria de D. Jerónimo Contador de Argote, com muitas notícias de inscrições. A *Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portuguesa* (1721-1736) merece igualmente uma leitura atenta.

Era o prenúncio da intensa curiosidade científica que a Epigrafia, designadamente a Epigrafia Romana, iria despertar no séc. XIX.

E será ainda uma academia, a Academia das Ciências de Berlim, que chamará a si a tarefa de reunir num monumental *corpus*, segundo critérios comprovadamente científicos, todas as inscrições conhecidas do mundo romano. Os volumes foram organizados geograficamente: do II, referente aos textos da Península Ibérica, ficaria encarregado Emílio Hübner.

Hübner visitou Portugal durante o ano de 1861. Viu museus, recolheu ampla bibliografia impressa e manuscrita, relacionou-se com os nossos académicos. Desse primeiro e fugaz contacto apresentou circunstanciado relatório

— que viria a ser publicado, com tradução de A. Soromenho, "por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa", em 1871. Sistematisados os materiais, a Academia publicou, em 1869, o primeiro tomo do *Corpus Inscriptio-num Latinarum II* (= CIL II) (1).

Nessa altura, porém, já Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) se interessava, no norte do País, pelas antiguidades "célticas" e romanas; e Gabriel Pereira (1847-1911) iniciava, em Évora, as pesquisas que levariam à publicação dos *Estudos Eborenses*. A publicação do CIL teve o condão de despertar para os monumentos epigráficos a atenção dos nossos "amantes da Antiguidade". Tornaram-se mais frequentes os contactos com a Academia de Berlim, na sequência da iniciativa de Hübner. Novos textos são dados a conhecer. Fazem-se outras leituras, mais correctas.

O último quartel do séc. XIX é — como, aliás, por toda a Europa — período de intensa actividade científica, designadamente arqueológica. Francisco Martins Sarmiento funda em Guimarães, no ano de 1882, uma sociedade arqueológica com o seu nome, a qual começa de imediato a reunir, num depósito-museu, materiais arqueológicos, entre os quais inscrições, publicadas no seu órgão oficial, a *Revista de Guimarães* (vol. I, 1884). Em Lisboa, a Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes iniciara, em 1874, com o nome de "Boletim de Architectura e de Archeologia", a publicação da 2.ª série da sua revista; A.C. Borges de Figueiredo dirige, de 1887 a 1889, a "Revista Archeologica e Historica", onde inclui o estudo de numerosas inscrições. Ensaivavam-se, por seu turno, os primeiros passos no domínio da filologia científica, com Adolfo Coelho (1847-1919) e Leite de Vasconcelos (1858-1941) — que daria corpo à "Revista Lusitana" apresentada como "Archivo de Estudos Philologicos e Ethnologicos relativos a Portugal" (vol. I, Porto, 1887-1889). Estácio da Veiga, membro da Academia das Ciências, percorre o sul do território nacional, cujas "antiguidades monumentais" dá a conhecer (2).

Desta sorte, foi grande o acervo de novos monumentos epigráficos. Hübner correspondia-se amiúde com os sábios portugueses (3). Por isso vem a lume, em 1892, o suplemento de CIL II, publicação que provoca novo entusiasmo entre os investigadores portugueses. O próprio Hübner o confessa — e com isso se regozija — no prefácio aos "Additamenta nova ad Corporis volumen II" incluídos na revista "Ephemeris Epigraphica" VIII, 1896: "Crescit in dies numerus virorum in paeninsula Iberica vel doctorum vel indoctorum, qui studio laudabili patrias antiquitates amplectuntur". É que, além da "Revista de Guimarães", começara a publicar-se, em 1895, "O Archeologo Portuguez", com uma regularidade impressionante, por iniciativa de José Leite de Vasconcelos, que, entretanto, já promovera a fundação, em Lisboa (1893), dum museu etnológico com o seu nome (hoje, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia) e principiara a coligir elementos para o sua monumental obra *Religiões da Lusitânia*: o 1.º volume (religiões pré-históricas) saiu em 1897; o 2.º, dedicado à religião pré-romana e baseado fundamentalmente na

epigrafia, será publicado em 1905; e o 3.º, versando a religião dos Romanos, em 1913. Era a primeira grande obra a utilizar sistematicamente os dados epigráficos como fonte histórica para girar uma panorâmica do quadro religioso da Antiguidade (4).

Outros arqueólogos se dedicam, entretanto, à publicação dos monumentos epigráficos que vão encontrando: Albano Bellino, na região de Braga; António dos Santos Rocha, que fundara na Figueira da Foz uma sociedade arqueológica com o seu nome; Félix Alves Pereira, sobretudo na região beirão; o P.º Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), em Trás-os-Montes.

Hübner faleceu em 1901; no entanto, os materiais que coligira foram apresentados por H. Dessau em novo volume de *Addimenta* ("Ephemeris Epigraphica" IX 1903).

É, sem dúvida, a figura de Leite de Vasconcelos (falecido em 1941) que, no campo da Epigrafia, preenche quase por completo a primeira metade do séc. XX, quer como director do seu museu quer mediante a publicação regular d'O Archeologo Portuguez (5).

Finda a Segunda Grande Guerra, os estudos epigráficos ganham, necessariamente, novo alento. Continua a pesquisa (digamos assim) regional, agora levada a cabo, por exemplo, por Abel Viana (1896-1964) no Alentejo (o I volume do "Arquivo de Beja" é publicado em 1944); por José Coelho em Viseu; pelo P.º Eugénio Jalhay um pouco por toda a parte (6).

É, porém, na década de 50, que a Epigrafia Romana conhece um decisivo impulso. Além de se preconizar um regresso à pedra para, com melhores fotografias e decalques, se encontrar a leitura exacta — o avanço dos conhecimentos permite comparações que dão a cada monumento uma dimensão histórica maior.

Nesse movimento ocupa lugar de relevo Scarlat Lambrino (1891-1964) (7), professor de Epigrafia na Faculdade de Letras de Lisboa. Lambrino prepara os catálogos do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e do Museu de Odrinhas e, fundado nas novas leituras, lança ombros a trabalhos de reflexão e síntese (sobre divindades, governadores da Lusitânia, povos...), propósito indispensável que só a morte, prematura, não deixou desenvolver. Prosseguiu-o, devotadamente ainda que com menos fôlego, o seu directo colaborador, D. Fernando de Almeida, insigne Mestre a cujo entusiasmo e nunca desmentida dedicação devemos o estar hoje aqui, a falar de Epigrafia.

Datam também de finais da década de 50 os primeiros trabalhos de revisão de leituras efectuados por Justino Mendes de Almeida e por Fernando Bandeira Ferreira, enquanto que, no Norte, Mário Cardozo (1889-1982) se afirmava como o grande continuador de F. Martins Sarmiento (8) e D. Domingos de Pinho Brandão aproveitava o seu múnus pastoral para dar a conhecer numerosos monumentos epigráficos dispersos (9).

Será, todavia, na década de 70 que esta ciência antiga tomará novos rumos em Portugal.

O incremento de salutar intercâmbio com os investigadores estrangeiros; a crescente permuta das nossas revistas com revistas da especialidade; o interesse manifestado por

epigrafistas europeus, designadamente franceses, espanhóis e alemães, em relação aos monumentos do nosso território; a possibilidade de, mediante a reestruturação dos cursos universitários, a Epigrafia passar a ser cadeira anual (10) — são alguns dos factores responsáveis por esses novos rumos.

Veio a lume, em 1976, o tomo II das *Fouilles de Conimbriga*, dedicado precisamente à epigrafia desta cidade romana. E acabara de criar-se, na Faculdade de Letras de Coimbra, a Pré-Especialização em Arqueologia, em cujo currículo a Epigrafia figurava como disciplina anual e obrigatória. Tivemos a sorte de nos encarregarem de reger a cadeira, em condições altamente favoráveis e a estudantes particularmente dotados e receptivos, de maneira que cedo a revista "Conimbriga" passou a incluir regularmente artigos de Epigrafia.

O monumento epigráfico era, agora, visto na sua totalidade, integrado num contexto arqueológico, como objecto cultural onde tudo foi pensado: o texto, sintético, intencional, preciso; a decoração; a tipologia; o material (11).

E o aparecimento, em cada vez maior número, de novos documentos, mercê sobretudo do trabalho de campo levado a efeito por estudantes universitários e pelos membros das associações de defesa do património — quantas inscrições romanas não estavam à vista de todos, há longos anos, e ninguém as procurava decifrar!... — postulou, inclusive, a edição dum suplmento à revista "Conimbriga", a que demos o nome de "Ficheiro Epigráfico", com a finalidade de inserir, rapidamente, nos circuitos científicos as epígrafes inéditas que se encontrassem. Até para evitar a dispersão de publicações. E se dissermos que, desde 1982 até 1987, o Ficheiro incluiu mais de 120 textos novos e há mais 20 para publicar em 1988 — ficaremos com uma ideia do dinamismo que se logrou imprimir. Os repetidos convites para participação em congressos internacionais e as referências nas revistas da especialidade são disso também prova cabal (12). E Portugal participa activamente no projecto internacional, em curso, de uma nova edição do CIL II, a cargo da Academia das Ciências de Berlim.

□ □ □

Falámos, sobretudo, da Epigrafia Romana, que mais atenção tem merecido. Mas desde cedo as estelas epigrafadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal despertaram igualmente o interesse dos nossos historiadores.

Foi exactamente Frei Manuel do Cenáculo o primeiro que cuidadosamente as desenhou. Esta indecifrada escrita do Sudoeste peninsular é domínio particularmente caro aos linguistas espanhóis, como ainda recentemente se viu no IV Colóquio Internacional de Línguas e Culturas Paleohispánicas (Vitória, 6-10 de Maio de 1985 — cf. "Veleia" 2-3, 1985-86). Deve-se, contudo, aos investigadores portugueses, designadamente a Caetano de Melo Beirão e a Mário Varela Gomes, o achamento de novas estelas bem

como a elaboração das primeiras sistematizações dos sinais gráficos utilizados.

□ □ □

Comparativamente, não têm sido tão frequentes os achados de epigrafia cristã. Foi, realmente, excepção a descoberta, em Mértola, de cinco novos epitáfios do séc. VI, estudados há pouco por Manuela Alves Dias e Cláudio Torres ("Ficheiro Epigráfico" n.º 9, 1984, n.ºs 35-39; cf. também "Ficheiro Epigráfico" n.º 21, 1987, n.ºs 93-97).

Hübner incluíra nas *Inscriptiones Hispaniae Christianae* (Berlim, 1871) todos os textos então conhecidos. E o P.º Miguel de Oliveira publicou, em 1941, o primeiro grande catálogo, sob o título *Epigrafia Cristã em Portugal. Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda*, de José Vives (Barcelona, 1969), continua, no entanto, a ser a obra mais actualizada como recolha.

□ □ □

Quanto à Epigrafia Medieval, a figura enorme de investigador incansável foi, sem dúvida, a de J.M. Cordeiro de Sousa, de que acaba de ser dada à estampa (Coimbra,

1983) a 4.ª edição dos seus preciosos *Apontamentos de Epigrafia Portuguesa*.

A J.M. Cordeiro de Sousa (1887-1968) se deve a leitura e a integração histórica das mais importantes das nossas inscrições. Exemplo a seguir, pois existem por esse Portugal além, dispersas por ermidas e monumentos, inúmeras pedras escritas, cujas mensagens — pedaços da história pátria, memória dos nossos antepassados — inexoravelmente se apagarão, se lhes não lançarmos mão a tempo. E quanta inscrição tumular não poderá trazer luz a momentos obscuros da nossa história!

De facto, se, no domínio da Epigrafia Romana, Portugal está com a Europa há vários anos, passadas largas há que dar na preservação do nosso património epigráfico medieval. Tarefa que até nem é difícil e onde as associações de defesa do património local têm uma palavra a dizer.

□ □ □

Aqui está, pois, historiado em pinceladas largas, um interessante campo científico que, de antigo, pouco a pouco soube, ousada e firmemente, abalançar-se a rumos novos.

NOTAS

- (1) Sobre a actividade desenvolvida por Emílio Hübner, cf. a notável síntese de Patrick LE ROUX, *Émile Hübner ou le métier d'épigraphiste*, "Épigraphie Hispanique", Paris, 1984, p. 17-31.
 - (2) Sobre a actividade arqueológica de Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, ver: Maria Luísa E. da V. Affonso dos Santos, *Arqueologia Romana do Algarve*, I, Lisboa, 1971, p. 51-54; e Maria Luísa Estácio da Veiga Silva Pereira, *Estácio da Veiga*, Casa do Algarve, Lisboa, 1985 (XVII vol. dos Estudos Algarvios).
 - (3) Veja-se, a título de exemplo, *Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmiento*, coligida e anotada por Mário Cardozo, Guimarães, 1947.
 - (4) Sobre a importância desta obra veja-se o comentário de José Manuel Garcia, *Sobre as "Religiões da Lusitânia"* ("Prelo", Lisboa, 2, Jan./Mar. 1984, p. 111-119), a propósito da sua reimpressão facsimilada pela Imprensa Nacional — Casa da Moeda (Lisboa, 1981).
 - (5) Bastará compulsar o tomo I dos índices dos volumes I-XXX (1895-1938), publicado pelo Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, para disso facilmente nos apercebermos.
 - (6) Para a bibliografia destes investigadores, bem como dos que citamos adiante, importa con-
- sultar: o catálogo bibliográfico *A actividade arqueológica em Portugal — Cem anos de publicações 1880-1980*, apresentado em Lisboa aquando da realização do III Colóquio Internacional sobre Línguas e Culturas Páleo-hispánicas (1980); e, sobretudo, a *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969)*, de Eduardo Pires Oliveira, Lisboa, 1984. Sobre a obra de Abel Viana, ver a síntese de Octávio da Veiga Ferreira na "Revista de Guimarães", 74, 1964, p. 172-6.
- (7) A evocação da sua memória foi feita por Fernando de Almeida no "Archivo Español de Arqueologia", 37, 1964, p. 206-207.
 - (8) Cf. a sua *Bio-bibliografia*, publicada em 1972 pela Sociedade Martins Sarmento.
 - (9) Cf. José d'Encarnação, *Pinho Brandão, epigrafista*, "Lucerna", Porto, 1984, p. 203-211.
 - (10) Cf. José d'Encarnação, *O ensino da Epigrafia em Portugal*, "Munda", Coimbra, 3, Maio 1982, p. 23-26.
 - (11) Cf. José d'Encarnação, *Epigrafia, uma leitura diferente*, "Munda", Coimbra, 7, 1984, p. 31-35.
 - (12) Cf., por exemplo, as actas da mesa-redonda internacional que se realizou em Bordéus, de 8 a 10 de Dezembro de 1981, *Épigraphie Hispanique — Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, 1984, onde se inclui (p. 353-4) o balanço que então apresentámos. Veja-se ainda, a referência a esta publicação ("Conimbriga", XXIV, 1985).